

CONVITE

**CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_SPUP_CPR20A002: LICENCIAMENTO DO SOFTWARE NVIVO - SITE WIDE LICENSE:
U.PORTO**

ÍNDICE

ARTIGO 1º IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO.....	2
ARTIGO 2º ENTIDADES ADJUDICANTES.....	2
ARTIGO 3º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	3
ARTIGO 4º FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO	3
ARTIGO 5º ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS	3
ARTIGO 6º PREÇO BASE	4
ARTIGO 7º DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	5
ARTIGO 8º PROPOSTAS VARIANTES	5
ARTIGO 9º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
ARTIGO 10º MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA	5
ARTIGO 11º PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS.....	6
ARTIGO 12º NEGOCIAÇÕES.....	6
ARTIGO 13º CAUÇÃO.....	6
ARTIGO 14º CONTRATO ESCRITO.....	6
ARTIGO 15º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	6
ARTIGO 16º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	7
ARTIGO 17º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO	7
ARTIGO 18º DESPESAS E ENCARGOS DO CONVIDADO	7
ARTIGO 19º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	8
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO	9
ANEXO II: MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	11

ARTIGO 1º IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Consulta Prévia nº SCGC_SPUP_CPR20A002 com vista o Licenciamento do software NVivo - Site Wide License para as Unidades Orgânicas da Universidade do Porto, e Institutos de Interface da Universidade do Porto.

ARTIGO 2º ENTIDADES ADJUDICANTES

As entidades adjudicantes são:

UNIVERSIDADE DO PORTO, FUNDAÇÃO PÚBLICA DE DIREITO PRIVADO,

NIF 501413197 | Praça Gomes Teixeira | 4099-002 Porto, através dos seus Serviços Partilhados, serviço autónomo dotado de autonomia administrativa e financeira, em representação das Unidades Orgânicas:

- FADEUP - Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
- FCUP - Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
- FEP - Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- FCNAUP - Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto
- FDUP - Faculdade de Direito da Universidade do Porto
- ICBAS - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar
- FEUP - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- FPCEUP - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

e Institutos da Universidade do Porto:

- CIPES - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR | NIF 507779835 | Rua 1º Dezembro 399, 4450-227 Matosinhos
- IBMC - INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR | NIF 503828360 | Rua Alfredo Allen, 208 | 4200-135 Porto
- ISPUP - INSTITUTO DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO | NIF 509093892 | Rua das Taipas nº135, 4050-600 Porto

Constituindo assim um agrupamento de entidades adjudicantes, conforme previsto no art.º 39.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, na sua atual redação, tendo sido designada como

representante do agrupamento a Universidade do Porto, abreviadamente designada por U.Porto, sita na Praça Gomes Teixeira, 4099-002 Porto, com o endereço de correio eletrónico compras@sp.up.pt.

ARTIGO 3º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por acordo de agrupamento de entidades, datado de 22 de outubro de 2020:

- do Diretor dos Serviços Partilhados da Universidade do Porto, Dr. José João Soares Miranda Coelho, em representação das Unidades Orgânicas da Universidade do Porto;
- do Presidente da Direção do CIPES, Professor Doutor Pedro Teixeira;
- das Vice-Presidentes do IBMC, Professora Doutora Paula Maria Sequeira Tamagnini Barbosa Oxelfelt e Professora Doutora Mónica Luísa Ribeiro Mendes de Sousa;
- do Presidente da Direção do ISPUP, Professor Doutor José Henrique Dias Pinto de Barros

As decisões pré-contratuais são tomadas em conjunto. Os contratos são celebrados com cada uma das entidades do agrupamento.

ARTIGO 4º FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Consulta prévia com convite a 3 entidades, critério do valor definido no artigo 20º nº 1 alínea c) do CCP, em virtude de o valor do contrato a celebrar ser inferior a 75.000€.

ARTIGO 5º ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri.
2. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite e caderno de encargos devem ser colocados até ao primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, na plataforma eletrónica de contratação em uso nesta entidade (com endereço <http://www.acingov.pt>).
3. Os esclarecimentos serão prestados através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

ARTIGO 6º PREÇO BASE

1. O preço base para a aquisição é de **24.720,00€ (vinte e quatro mil setecentos e vinte euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pelo licenciamento, e limita o preço contratual, para um período máximo de vigência de 3 anos.
2. Os preços base anuais, por membro do agrupamento / Unidade Orgânica da U.Porto, não podem, em qualquer caso, ser superiores aos definidos na tabela seguinte:

Entidade	Qtd ativações	Custos estimados [€] [2020_2021]	Custos estimados[€] [2021_2022]	Custos estimados[€] [2022_2023]
		<i>Acredite o IVA</i>		
FADEUP	<u>25</u>	505,56	572,22	638,89
FCUP	<u>11</u>	222,44	251,78	281,11
FEP	<u>66</u>	1.334,67	1.510,67	1.686,67
FCNAUP	<u>2</u>	40,44	45,78	51,11
FDUP	<u>2</u>	40,44	45,78	51,11
ICBAS	<u>1</u>	20,22	22,89	25,56
FEUP	<u>26</u>	525,78	595,11	664,44
FLUP	<u>33</u>	667,34	755,33	843,33
FPCEUP	<u>149</u>	3.013,11	3.410,44	3.807,78
CIPES	<u>18</u>	364,00	412,00	460,00
IBMC	<u>1</u>	20,22	22,89	25,56
ISPUP	<u>26</u>	525,78	595,11	664,44
Total	360	7.280,00	8.240,00	9.200,00

3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público.

4. Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

ARTIGO 7º DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa, salvo quanto às fichas técnicas dos bens.
2. Os concorrentes têm de apresentar os seguintes documentos:
 - a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante no Anexo I;
 - b. Proposta de preços em conformidade com o Modelo de Proposta de preços Anexo II ao presente Convite;
 - ✓ Preço para o licenciamento, que não deve incluir o IVA; indicação expressa da taxa de IVA aplicável.
 - ✓ Preço parcial para cada anuidade, e correspondente a cada membro do agrupamento / Unidade Orgânica da Universidade do Porto.
 - c. Certidão de registo comercial no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva.
 - d. Indicação de aspetos ou fatores que do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta, relativamente à aquisição a que se propõe fornecer.

ARTIGO 8º PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

ARTIGO 9º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta será entregue até às **17:00:00 horas do 5º dia a contar da data de envio do convite para apresentação de proposta.**

ARTIGO 10º MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

1. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica de contratação em uso nesta entidade com endereço <http://www.acingov.pt>

2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta, com recurso a certificado digital qualificado, assim como todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o disposto no artigo 54º da Lei 96/2015 de 17 de agosto.
3. A falta de certificado qualificado é apreciada nos termos gerais do direito e em conformidade com as normas de direito da União Europeia aplicáveis nesta matéria.
4. A falta de instrumentos de representação quando o certificado não contenha os poderes de representação e assinatura é suprível nos termos aplicáveis aos esclarecimentos às propostas.

ARTIGO 11º PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas mantêm-se obrigatoriamente válidas até 66 dias úteis após o termo do prazo para a sua apresentação.

ARTIGO 12º NEGOCIAÇÕES

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

ARTIGO 13º CAUÇÃO

Não será exigível a prestação de caução, nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP.

ARTIGO 14º CONTRATO ESCRITO

Haverá lugar à celebração de um contrato escrito por cada entidade que constitui o agrupamento de entidades, nos termos em que o artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos o prevê, ou seja, sempre que o valor a contratar por entidade adjudicante seja superior a 10.000,00€. Adicionalmente, será celebrado um contrato entre a produtora do software e a Universidade do Porto, conforme modelo anexo ao Caderno de Encargos (Anexo B).

ARTIGO 15º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa.
2. A modalidade a adotar no critério inumerado é o da avaliação do preço ou custo, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar. Em caso de empate, a escolha da proposta será realizada mediante sorteio presencial a convocar pelo Contraente Público.

ARTIGO 16º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

1. Com a notificação da adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal, ou se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do Artigo 55.º do CCP;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, do adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
2. O documento previsto na alínea e), do número anterior apenas é obrigatório no caso de existirem alterações às inscrições constantes do documento apresentado em sede de apresentação de proposta (alínea c), do n.º 2, do artigo 7º).

ARTIGO 17º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 2 dias.

ARTIGO 18º DESPESAS E ENCARGOS DO CONVIDADO

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

CONVITE

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_SPUP_CPR20A002: LICENCIAMENTO DO SOFTWARE NVIVO - SITE WIDE LICENSE: U.PORTO

SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

ARTIGO 19º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), na sua atual redação, e restante legislação aplicável.

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II: MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, morada de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, moradas de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do **processo de aquisição de licenciamento do software de investigação / desenvolvimento NVivo – Site Wide License**, e de todas as condições estabelecidas no respetivo Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se executar o contrato, de acordo com o preço a seguir discriminado:

1) Preço: Aquisição de licenciamento do software de investigação / desenvolvimento NVivo – Site Wide License

Entidades constitutivas U.Porto/ Institutos Investigação	Qtd	2020/2021	2021/2022	2022/2023
<i>Universidade do Porto</i>				
FADEUP	25			
FCUP	11			
FEP	66			
FCNAUP	2			
FDUP	2			
ICBAS	1			
FEUP	26			
FLUP	33			
FPCEUP	149			
Total UP	315			
CIPES	18			
IBMC	1			
ISPUP	26			
Total	360			

Aos valores mencionados acresce IVA à taxa de, desde que legalmente devido.

..... (local), ... (data)

..... (assinatura).....